

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.415 - SP (2019/0129461-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ACACIO ANOARDO
AGRAVANTE : NAIR ECKERMANN
AGRAVANTE : ABCCO-REJUNTABRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ FERNANDES PEREIRA - SP066449
ROBERTO CÉSAR GONÇALVES - SP232845
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP023134
DANIEL DE SOUZA - SP150587
ALBERTO JUN DE ARAUJO - SP215587
MARIA ELISA PERRONE DOS REIS TOLER - SP178060
GRAZIELA ANGELO MARQUES FREIRE E OUTRO(S) -
SP251587
LARISSA CRISTINA FERREIRA MESSIAS - SP289357
CLICIA DO NASCIMENTO VECCHINI - SP304688

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ABCCO-REJUNTABRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA e OUTROS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

AÇÃO MONITÓRIA - SENTENÇA QUE JULGOU EXTINTO O PROCESSO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DO AUTOR - INSURGÊNCIA DO REQUERENTE - CABIMENTO - HIPÓTESE EM QUE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA INSTRUIU A PETIÇÃO INICIAL COM CÓPIA DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO CELEBRADO ENTRE AS PARTES, BEM COMO APRESENTOU MEMÓRIA DE CÁLCULO INDICANDO A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA - DOCUMENTOS SUFICIENTES PARA EMBASAR O PEDIDO MONITÓRIO - NÃO OBSTANTE, A MEMÓRIA DE CÁLCULO APRESENTADA PELO AUTOR ESTÁ PARCIALMENTE ILEGÍVEL, RAZÃO PELA QUAL DEVERÁ SER CONCEDIDA OPORTUNIDADE PARA QUE O REQUERENTE EMENDE A PETIÇÃO INICIAL - SENTENÇA ANULADA PARA QUE O PROCESSO PROSSIGA REGULARMENTE PERANTE O JUÍZO SINGULAR COM A EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL E CITAÇÃO DOS DEMAIS RÉUS - RECURSO PROVIDO.

Alega o recorrente, pela alínea *a* do permissivo constitucional, violação do art. 700, I, do CPC, aduzindo o descabimento de ação monitória desacompanhada de documento dotado de força executiva, trazendo os seguintes argumentos:

Conforme exaustivamente relatado, seja nos embargos à monitória, seja nas contrarrazões recursais, ficou claro que o Recorrido deixou de apresentar documentos fundamentais ao deslinde da demanda e apuração de valores devidos (fl. 234).

III.3 - Assim, o acórdão ora recorrido foi incapaz de reconhecer que sequer houve provas documentais a respeito da disponibilização do valor a favor da ora recorrida quanto mais o inadimplemento, sendo certo que houve o desrespeito a lei infraconstitucional, qual seja o inciso I do artigo 700 do Código de Processo Civil já que a ação monitória tem nítido caráter documental que não foi apresentada respeitando os requisitos legais.

III.4 - Evidente então que o meio adotado pela casa bancária não respeita sequer a legislação pertinente a ação monitória já que não apresentou qualquer documento que efetivamente dê ares de veracidade a tal cobrança, o que no caso em comento verifica-se a inexistência de qualquer documento que ateste um crédito a favor da casa bancária, o que no caso em comento não existe.

III.5 - Dessa maneira, não existe documento a respeito do crédito que se pretende receber ao mesmo tempo que a casa bancária não aponta sequer o vício a ser sanado para dar força executiva a certo documento na medida que sequer existe documento.

III.6 - Logo, ficou evidente que não existe documento para que se aponte algum vício, tendo apenas cálculos unilaterais e apócrifos apresentados pela casa bancária (fl. 235).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda

Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente